

Jovens batalhadores entre a formação e o trabalho: uma incógnita no ideário juvenil

Antônia Rafaela da Cruz Costa

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Profa. Maria Andréa Luz da Silva

Universidade Estadual do Ceará - UECE

Resumo

A presente pesquisa analisa as condições socioeconômicas e culturais de jovens moradores da periferia de Maracanaú-CE, que trabalham, sem garantias legais, no Centro de Abastecimento do Ceará – CEASA. Foca-se como essas circunstâncias trabalhistas impactam seus rendimentos escolares e acabam por limitar suas possibilidades de acesso ao ensino superior. Diante disso, aborda a legislação vigente no tocante aos jovens no mercado de trabalho, em simultâneo à problematização das limitações dos projetos educacionais em nível estadual que, muitas vezes, não contemplam as reais necessidades dos jovens estudantes/trabalhadores. Metodologicamente, optou-se pelo recurso à história de vida, uma vez que o relato dos jovens permite adentrar na esfera moral em que vivem e fazem escolhas cotidianas. Para isso, foram realizadas entrevistas semiestruturadas que ampararam os momentos de conversas com os entrevistados. Ademais, seus relatos revelam uma situação social adversa em que os sonhos em relação à universidade chocam-se com as necessidades de sobrevivência impostas por suas circunstâncias familiares e sociais.

Palavra-chave batalhadores; legislação; ensino superior.

Abstract

This research analyses Maracanaú/CE periphery youth's social, cultural and economic conditions, who work without any legal assurance at Ceara's Supply Center (CEASA), and how such conditions influence their scholar outcomes and tend to limit their possibilities concerning the access to college education. On that, this body of work approaches the current legislation regarding young people in the labour market, as it questions education projects' restrictions at the state level, which often do not consider young students-workers and their actual necessities. Methodologically, it was chosen the resource of life history, once young people's stories admit the entering in the moral sphere in which they live and take daily choices. Furthermore, young people's stories reflect a harsh social situation in which their dreams related to college education are conflicted by their survival needs imposed by family and societal circumstances.

Key-word youth; workers; legislation; college education.

Introdução

As atividades desenvolvidas no âmbito da educação pública tendem a uma homogeneização das práticas escolares sem, contudo, problematizar de maneira mais profunda as diversas realidades socioeconômicas e culturais da clientela que utiliza o serviço de educação pública. A experiência docente, bem como a vasta literatura disponível (TEIXEIRA, 2010; CARRANO, 2009; MARGULIS; URESTI, 2008), deixa claro que nem todos os jovens irão ingressar no ensino superior, sendo cooptados pelo mercado de trabalho formal e informal.

Atualmente, as escolas estaduais realizam suas ações tendo como objetivo último e mais importante a aprovação no Exame Nacional do Ensino Médio – ENEM e o posterior acesso ao ensino superior. O projeto *ENEM Chego Junto, Chego Bem*¹, é icônico nesse sentido. Desenvolvido pela Secretaria de Educação do Estado do Ceará, tem como base a promoção de atividades que visam mitigar as diferenças de conteúdo entre alunos oriundos das escolas públicas e particulares. Assim, as atividades pedagógicas escolares giram em torno desse eixo, suprimindo-se quase que totalmente as atividades desvinculadas dos processos vestibulares. Percebe-se, então, um descompasso entre o projeto que hoje é o carro chefe da Seduc-CE e a realidade de muitos jovens moradores das periferias dos grandes centros urbanos do estado, uma vez que a Secretaria de Educação pretende aumentar os índices de aprovações e reduzir a evasão escolar.

Contudo, a entrada precoce dos adolescentes no mercado de trabalho está relacionada a diversas razões, não sendo possível traçar causas homogêneas e unilaterais que concorrem para esse fenômeno. Contudo, um dos principais motivos que impele o jovem ao trabalho precoce são problemas de ordem econômica. Famílias de baixa renda tendem a ser as protagonistas na inserção do trabalho, para que os jovens possam auxiliar e complementar o orçamento mensal, já comprometido em virtude da situação de abandono e exclusão social existente. Some-se a isso a constante falta de investimentos na educação pública, o que acaba por comprometer significativamente a relação de ensino e aprendizagem. Assim, a escola, em seu papel libertador, transfigura-se e passa a ser palco das manifestações de contradições e exclusões sociais. Sendo pouco atrativa, tem como consequência a evasão escolar, em especial dos adolescentes (MESZARÓS, 2008).

Outro aspecto a ser considerado consiste no fato de a sociedade culturalmente vislumbrar o trabalho como sendo um fenômeno natural e positivo, em que o ingresso precoce do jovem no mercado de trabalho é visto como algo preferível e, muitas vezes, necessário, ao invés de praticar atos voltados à contravenção. Deste modo, a condição cultural, atrelada aos aspectos socioeconômicos, faz com que muitas famílias utilizem as crianças e os adolescentes como mão de obra empregada para gerar renda. Diante dessa realidade, manter uma criança ou um jovem na escola pode ser percebido não como um investimento, mas como custo (o valor material empregado), e também perda (o dinheiro que deixam de ganhar). A educação escolar, que deveria estar no cerne da formação de crianças e jovens, passa a ser compreendido, nesse contexto, algo mais imposto que desejado. Assim, as aspirações futuras são tolhidas e limitadas muito cedo e a esses jovens resta tão somente se adaptar a essa realidade ou, tenazmente, lutar contra a maré e se tornar a exceção tão festejada pelos defensores da meritocracia.

Diante disso, uma possibilidade com vista a minimizar os efeitos da problemática levantada consiste no caminho legal da aprendizagem e a capacitação dos jovens e

1 O projeto foi lançado pela Secretaria de Educação do Ceará (Seduc - CE) em 2012, com o intuito de auxiliar os alunos do 3º ano do Ensino Médio da rede pública de ensino a realizar o ENEM.

adolescentes. Esses mecanismos corroboram para minimizar a exploração do seu trabalho e a negação dos seus direitos e garantias, além de propiciar ao adolescente uma capacitação profissional, inserindo-o no trabalho de forma menos contraditória. É primordial pensar em dispositivos que priorizem as condições de proteção integral do adolescente, garantindo que um trabalho porventura realizado seja regulamentado, não interfira na sua formação escolar e possa, sempre que possível, complementá-la.

Um conjunto coordenado de ações voltadas para a proteção e averiguação de situações constatadas como ilícitas inclui a aplicação da Lei nº 10.097 de 2000, também conhecida como Lei de Aprendizagem, que deve garantir plenamente os direitos de crianças e jovens. A supracitada lei garante que empresas de médio e grande porte concedam vagas para a contratação de jovens que tenham idade entre 14 e 24 anos, devendo estar na condição de aprendiz e desenvolvendo competências que integrem a teoria à prática. Além disso, deve priorizar uma educação pública, universal e de qualidade, para que sirva como um instrumento eficaz no combate à exploração do trabalho e uma rede de políticas públicas que corroborem para a dignidade da pessoa humana, garantindo saúde, educação, moradia, lazer e cultura para todas as crianças e adolescentes.

A construção do objeto estudado remete às plurais dimensões e compreensões acerca do trabalho na juventude, atentando para as diversas manifestações nas searas social, econômica, cultural e política. O enfoque da pesquisa centra-se nos jovens que trabalham cotidianamente nas madrugadas na Ceasa, no município de Maracanaú-CE. Uma vez delimitado o campo, buscou-se analisar a forma como esses jovens trabalham no centro de distribuição de alimentos, desprotegidos e tendo os seus direitos, enquanto trabalhadores, negligenciados, além das imbricações diretas que, porventura, se materializam em seus rendimentos escolares e o comprometimento da sua formação profissional futura.

1. Juventude: aportes históricos e conceituais

Juventude é um conceito polissêmico que abrange uma gama de ações individuais e coletivas, um estilo de vida. Também pode ser referido a uma fase da vida, com contornos biológicos referentes a classificações etárias e sociais definidos a partir de convenções sociais. Contudo, nas sociedades contemporâneas, “ser jovem” não possui mais contornos definidos. A idade não é mais um definidor de pertencimento a determinado grupo etário. A infância, a juventude e a velhice aparecem com limites plásticos e maleáveis; os comportamentos e expectativas sociais relativos a cada etapa da vida não podem mais ser descritos de forma monolítica sem atentar para as variáveis de gênero e classe social. Por exemplo, jovens pertencentes à classe média tendem a prolongar o tempo de estudos e retardar a saída da casa dos pais, enquanto os de classes mais baixas costumam adentrar precocemente ao mundo do trabalho, assumindo responsabilidades que seriam características da vida adulta e, muitas vezes, interrompendo seus estudos sem concluir o ciclo básico (nível médio).

Nas sociedades tradicionais, usualmente denominadas de pré-modernas, as transições de uma fase da vida para outra costumavam ser acompanhadas por rituais e cerimônias que lhes emprestavam significados e características. Hoje, com as complexas relações sociais engendradas pelo modo de produção capitalista, as etapas se misturam e não é incomum vermos crianças e adolescentes trabalhando, adultos infantilizados e sem assumir as responsabilidades por suas ações, idosos sendo descartados como imprestáveis, bem longe da importância que a experiência dos anos conferia outrora.

De outra forma, o mercado inunda as prateleiras de produtos cosméticos que prometem prolongar os aspectos físicos da jovialidade, intervenções cirúrgicas estéticas “rejuvenescedoras”, ao passo que os comerciais de TV e as propagandas associam a força, a beleza e felicidade à juventude, e o feio, a decrepitude e tristeza à velhice. Misturam-se aspectos físicos, emocionais e estéticos. Nesse sentido, perguntamos: o que é a infância? O que é ser jovem? Qual o lugar dos velhos em nossa sociedade? A juvenilidade torna-se um ponto central no estilo de vida de milhares de indivíduos. “A juvenilidade passa mesmo a determinar aos indivíduos a maneira mais legítima de vivenciar o que seria a juventude, a partir do consumo de dados produtos e atitudes indicados pela ‘sociedade de consumo’” (GROPPO, 2010, p. 14).

Como sugere Pais (1990), ao tratarmos de juventude é necessário exercermos uma constante vigilância epistemológica, uma vez que o termo é muitas vezes utilizado para generalizações sem fundamento empírico. Diante disso, propõe como “pressuposto epistemológico” que superemos a noção equivocada, mas muitas vezes tomada como expressão da realidade, de que a juventude é socialmente homogênea. Para tal, consideramos como um dos caminhos possíveis historicizar os termos utilizados, compreendê-los em suas complexas e heterogêneas distinções sociais.

Philippe Ariès (2015) aponta que, ao longo da Idade Média europeia, a noção de infância como conhecemos era inexistente. Devido à alta taxa de mortes prematuras não se tinha o “sentimento de infância”, sendo essa “fase da vida” percebida como um caminho para a vida adulta. O adulto formado era o padrão utilizado e, mesmo nas poucas obras de artes que retratavam crianças, esses eram representados como sendo homens minúsculos, nada parecidos com as crianças reais. Somente a escala os diferenciava dos adultos retratados. De sua análise iconográfica de obras de diferentes períodos do medievo, destaca que as gradações da vida referentes à infância e a juventude só apareceram em meados do século XVI, onde as particularidades de cada fase da vida passaram a ser destacadas e tratadas em conformidade com o desenvolvimento físico e intelectual, levando em consideração as limitações e habilidades correspondentes.

Tais mudanças ocorrem em concomitância à serialização da escola. Durante toda a idade média, era frequente que o público das aulas tivessem as idades mais díspares, como crianças de 7 anos e jovens de 24 sendo letrados ao mesmo tempo. A partir do século XVII, a “inocência” e a “fragilidade” das crianças passam a figurar como uma preocupação, destacando a importância da educação na infância. Somente no século XIX a idade se torna uma questão central no processo de aprendizagem das crianças. É na escola que se exercem a vigilância, a disciplina e o enquadramento da juventude. Ao longo deste século, começa-se a diferenciar adolescência e juventude. Para Ariès, a escola foi fundamental para consolidar o sentimento de infância e para construir uma noção “etapista” da vida humana. “Sem o colégio e suas células vivas, a burguesia não dispensaria às diferenças mínimas de idade de suas crianças a atenção que lhes demonstra, e partilharia nesse ponto da relativa indiferença das sociedades populares” (ARIÈS, 2015, p. 115). Cumpre destacar que havia dois ensinamentos distintos: um para o povo, os pobres e outro para a burguesia, os ricos.

Outro ponto importante para consolidar o sentimento de infância foi a estruturação do modelo de família burguesa, fechada em si mesma e cada vez mais alheia aos apelos da comunidade, em um processo constante de construção da intimidade. Distinguem-se aí as dimensões pública e privada da vida dos indivíduos, o que era impossível numa realidade em que a comunidade era o núcleo central das atividades cotidianas. As famílias passam cada vez mais a estar confinadas dentro dos limites de suas habitações e as crianças tornam-se o centro desse novo universo. “A família moderna, ao contrário, separa-se do mundo e opõe à sociedade o grupo solitário de pais e filhos. Toda a energia do grupo é consumida na promoção das crianças (...)” (ARIÈS, 2015, p. 189).

Nas sociedades ocidentais, a construção social do que seriam as etapas da vida deu-se progressivamente ao longo dos séculos e se consolida ao mesmo tempo em que a estruturação do sistema capitalista e o modo de vida burguês se tornam modelos de sociedade e estilo de vida a serem seguidos, imitados. Tal processo deixa claro o componente sociocultural que demarca, junto a fatores biológicos, a infância, a adolescência e juventude, a vida adulta e a velhice. Na atual fase do desenvolvimento capitalista e sua face neoliberal, novos demarcadores são postos em questão e devem ser considerados nas análises sociais e, mormente, nos estudos da juventude.

Glória Diógenes (2012) adverte aos estudiosos da juventude acerca da historicidade do conceito e da necessidade do pesquisador estar sempre atento aos seus significados, uma vez que estes se definem constantemente pelas práticas e não são estanques.

A juventude é um conceito que exige de quem pesquisa, e mais ainda de quem atua nesse campo de construção específica das políticas públicas, uma necessidade contínua de decifração. Ela representa uma condição que mais se define por suas práticas, por suas formas diversas de atuação e de experimentação do que mesmo por conceituações e referenciais estáveis e fixos. Falar em juventude é movimentar-se em um campo ambíguo de conceituação. A juventude se constitui como categoria social, no que tange à definição de um intervalo entre a infância e a vida adulta, apenas no final do século XIX, ganhando contornos mais nítidos no início do século XX. Ela é uma invenção moderna, sendo, desse modo, “tecida em um terreno de constantes transformações” (DIÓGENES, 1998, p. 93).

Para este trabalho, compreendemos, em consonância com Pais (1990), a juventude a partir de dois eixos semânticos: a unidade e a diversidade. É unidade à medida que se refere a uma fase da vida, com marcadores biológicos e geracionais definidos; e a diversidade, ao passo que a realidade social encerra uma multiplicidade de vivências e expressões socioculturais, diferenciando os jovens a partir de diversos marcadores sociais como gênero, classe, raça, religião, dentre outros.

1.1 A juventude da Ceasa de Maracanaú-CE

Nas dependências da Central de Abastecimento do Ceará (CEASA) encontramos jovens trabalhando em situação irregular e vulnerável; as funções que estes desenvolvem variam desde trabalhos que exigem deles muito esforço físico até atividades administrativas e financeiras nas “pedras” (nome dado aos boxes onde ocorrem as vendas diariamente). Dessa forma, podemos encontrar jovens desempenhando a função de auxiliar administrativo, vendedores, carreteiros, flanelinhas, catadores de material reciclável etc. Independentemente da atividade desenvolvida, percebe-se a violação dos direitos da criança e do adolescente, pois o trabalho, em sua maioria, é realizado nas madrugadas sem nenhuma finalidade formativa-educacional. Além disso, ao conversar com os jovens, em sua maioria constituída por garotos, encontramos uma realidade de trabalho informal e precarizado, em que esses jovens recebem quantias mínimas para suprir suas necessidades diárias.

Mesmo com o corpo e a mente esgotados, esses jovens não perdem a esperança em um futuro próspero e nutrem seus sonhos na ida diária à escola para trilharem outros caminhos profissionais. Lamentavelmente, seus rendimentos não se aproximam do esperado, pois estamos diante de jovens que, desde tenra idade, tiveram que trabalhar para auxiliar o orçamento doméstico, desenvolvendo, assim, fissuras em suas trajetórias. Quanto à inserção digna e justa no mercado de trabalho, a proteção social atrelada aos direitos e

garantias fundamentais individuais vem sendo confrontada cotidianamente com a precariedade na oferta de emprego. O trabalho decente e resguardado de seus direitos é substituído por baixas remunerações, empregos informais ou subempregos. A falta de educação, associada à falta de obtenção de um emprego formal, além de acrescer o quadro de exclusão social dos jovens no Brasil, submete-os a um futuro de incerteza.

A juventude brasileira foi afetada pelas transformações econômicas e sociais das décadas de 1980 e 1990, pelo baixo ritmo de crescimento econômico, e pelo processo de desestruturação do mercado de trabalho que caracterizou o período. Por outro lado, o cenário de recuperação do emprego formal e de redução da informalidade, característico dos anos 2004 a 2008, não beneficiou os jovens da mesma forma que os adultos. (CONSTANZI, 2009, p.19).

Segundo dados da OIT, existe uma crise de emprego juvenil. A organização preconiza a indispensabilidade de enfrentar o descompasso que existe entre a quantidade de oferta e a demanda, uma vez que os dados são alarmantes tanto a nível quantitativo como qualitativo. A ONU em sua Agenda 2030 indicou em setembro de 2015 após a reunião dos chefes de Estado e de Governo os novos objetivos e metas globais de Desenvolvimento Sustentável, e em uma das suas metas preconiza “promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo e trabalho decente para todos” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 18). Além disso, “até 2020, desenvolver e operacionalizar uma estratégia global para o emprego dos jovens e implementar o Pacto Mundial para o Emprego da Organização Internacional do Trabalho” (ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS, 2015, p. 27).

Diante do exposto, fica claro que compreender a juventude significa estar disposto a problematizar inúmeras facetas e componentes tanto individuais como sociais (coletivos), tendo em vista que é um fenômeno plural cuja constituição leva em conta fatores sociais, econômicos, políticos, psicológicos, dentre outros. No Brasil, a juventude se constituiu como categoria a ser considerada e analisada há pouco tempo, de modo que, durante várias décadas as discussões se limitaram a considerar as nuances de uma determinada classe social, cuja representatividade não alcançava um grande número de jovens (ABRAMO, 2005).

Para que a proteção integral seja garantida e esses jovens usufruam de um futuro garantidor de direitos é necessária a inserção e articulação de diferentes instituições a nível governamental e não governamental, como também autoridades públicas e agentes da sociedade civil para a consumação do Sistema de Garantias dos Direitos da Criança e do Adolescente. Esse conjunto regulamentado terá o caráter de transcender a materialidade da lei, oportunizando uma interseção de políticas que tenham como finalidade prioritária a salvaguarda dos direitos obtidos ao longo dos anos. O objetivo é possibilitar a conexão de uma “rede” de operadores com responsabilidades paritárias, uma vez que são ajuizados a todos os agentes e elementos jurídicos do sistema a incumbência nos certames de promover a proteção integral aos direitos infanto-juvenis. Na efetividade do princípio da descentralização política e administrativa, em consonância com o Sistema de Garantias, evidencia-se a formação de Conselhos de Direitos voltados ao público infanto-juvenil, assegurando a ratificação de um processo político democrático em que seus anseios e opiniões tenham espaço de escuta e ação.

O Sistema de Garantias desenvolve-se em três segmentos, a saber, o Sistema de Justiça (conforme os órgãos estejam relacionados à atividade

jurisdicional – Poder Judiciário, Ministério Público, Defensoria Pública, Polícia Civil e Militar), o sistema administrativo de atendimento (relacionado aos órgãos, serviços e programas governamentais ou não governamentais que exercem as medidas de proteção especial e socioeducativa – Conselhos dos Direitos e Conselhos Tutelares) e o sistema de políticas setoriais (saúde, educação, aprendizagem profissional etc.). A vanguarda do atendimento, pelo próprio desenvolvimento do sistema, é realçada pelos operadores da Justiça da Infância e da Juventude (medidas socioeducativas), pelo Conselho Tutelar (proteção especial) e pela escola (políticas básicas). A configuração ideal da rede de atendimento contempla todos os serviços projetados pela lei, destacando-se que somente se consideram para tal fim os direitos cujo atendimento corresponda a organização de serviços especializados. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2000, p.115).

Crianças e adolescentes que trabalham, além de ganharem menos no mercado de trabalho, quando atingem a vida adulta continuam recebendo baixas remunerações, pois não têm tempo para estudar. O direito à educação constitui uma prerrogativa elementar, uma vez que aprimora as potencialidades da criança e do adolescente, desenvolvendo suas habilidades intelectuais, físicas e morais, além de habilitá-lo ao ingresso qualificado no mercado de trabalho, este amparado no artigo 205 da Constituição, considerado um direito público subjetivo, sendo ao mesmo tempo um dever do Estado e da família. Dispor educação de qualidade ao cidadão é um exercício da cidadania, tendo em vista que capacita esses jovens a adentrarem o mercado de trabalho qualificado, com salário adequado e suficiente para a sua sobrevivência.

1.2 Jovens batalhadores: o trabalho para a sobrevivência, o estudo como resistência

A análise de Jessé Souza (2011, 2012a, 2012b) acerca da “ralé” estrutural na sociedade capitalista, e na brasileira em particular, e sobre os “batalhadores” nos permite uma aproximação ao mundo do trabalho informal a partir de uma abordagem sociológica instigante. Mobilizando a sociologia bourdieusiana e os estudos de Charles Taylor sobre a hermenêutica moral, Souza (2011) aguça o olhar sobre a periferia, inquerindo como a miséria e as desigualdades se perpetuam ao longo das gerações. Indo de encontro à ideologia meritocrática massivamente difundida, o autor aponta com argúcia as limitações estruturais, materiais e culturais a que milhares de brasileiros são relegados. Analisando diversos casos, seus estudos aprofundam a discussão, *à la* Bourdieu, das relações entre capital cultural, rendimento escolar e acesso ao mundo do trabalho. A esse propósito, aponta que:

(...) o indivíduo privilegiado por um aparente “talento nato” é, na verdade, produto de capacidades e habilidades transmitidas de pais para filhos por mecanismo de identificação afetiva por meio de exemplos cotidianos, assegurando privilégios de classe indefinidamente no tempo. Disciplina, capacidade de concentração, pensamento prospectivo (que enseja o cálculo e a percepção da vida como um afazer “racional” são capacidades e habilidades da classe média e alta que possibilitam primeiro o sucesso escolar de seus filhos e depois o sucesso deles no mercado de trabalho. O que vai ser chamado de “mérito individual” mais tarde e legitimar todo tipo de privilégio não é um milagre que “cai do céu”, mas é produzido por heranças afetivas de “cultura de classe” distintas, passadas de pai para filhos. A ignorância, ingênua ou dolorosa, desse fato fundamental é a causa de todas as ilusões do debate público brasileiro sobre a desigualdade e suas causas e as formas de combatê-la (SOUZA, 2011, p. 23).

A sociologia de Pierre Bourdieu, ao tratar dos diversos capitais disponíveis no espaço social e como estes influenciam as escolhas e estratégias dos agentes, nos fornece um arcabouço teórico e analítico para compreendermos o universo social desses jovens. Para ele, há uma relação direta entre capital escolar e a transmissão cultural assegurada pela família, uma vez que a aquisição do capital escolar é mais efetiva quanto mais “forte” for o capital cultural transmitido pela família. O acesso aos bens culturais é um dos principais fatores que vai definir o êxito ou o fracasso nas carreiras escolares. Para ele, a noção de capital cultural é fundamental para a compreensão do fenômeno do êxito/fracasso escolar (BOURDIEU, 2007; 2009).

Segundo Bourdieu (2007), o capital cultural pode existir sob três formas: capital incorporado, capital objetivado e capital institucionalizado. Em sua forma incorporada, apresenta-se como disposições mentais, é marcado no corpo, “se faz” corpo. Torna-se *habitus*. Nesse ponto, as diferenças entre as diversas classes sociais são evidenciadas em seus diversos matizes, uma vez que é uma expressão direta do capital global da família, cultivado no tempo livre, tempo de ócio que é bastante restrito aos pertencentes à classe trabalhadora. Cultivado durante toda a vida de “maneira dissimulada”, inculcado no cotidiano, esse tipo de capital é tanto mais forte quanto maior for o tempo dedicado ao amadurecimento dessas disposições. Ou seja, quanto mais tempo aplicado aos cuidados com a sobrevivência menor será a aquisição desse capital.

Com isso, Bourdieu lança por terra qualquer perspectiva meritocrática que pensa antes nos “dons” para os estudos como algo natural quando é um dom social, distribuído desigualmente entre as diferentes classes e frações de classe. Um filho da classe média, com pais com ensino superior e que gostem de arte e frequentem espaços como museus, teatro e livrarias desenvolverão um *ethos* familiar que propiciará o aprendizado dos conteúdos escolares e os códigos para decifrar sua linguagem formal. Enquanto isso, um filho de trabalhadores preocupados cotidianamente com as necessidades básicas da sobrevivência como alimentação e vestuário, terá mais dificuldades em ingressar nos espaços da cultura oficial e normativa, mobilizando uma pequena herança cultural que pode não ser suficiente para o mercado escolar. Nos dois casos, o elemento central, tão ou mais importante que o incentivo para os estudos, são os exemplos concretos que conferem legitimidade à fala dos pais. No primeiro caso, as disposições são mais fortes no sentido da disciplina e do estudo, há uma identificação emocional, afetiva com o conhecimento, com os estudos. No segundo, é o esforço do trabalho para suprir as necessidades imediatas para a sobrevivência que é inculcado dia após dia, sutilmente, “dissimuladamente”.

A segunda forma de capital cultural constitui-se em um estado objetivado, material, concreto. Obras de arte, quadros, esculturas, livros, museus são sua materialização mais evidente. Contudo, sem o capital incorporado previamente, todas essas objetivações tornam-se desprovidas de sentido, não têm peso, perdem seu caráter. Uma criança que desde a mais tenra idade tem livros à sua mão, que convive cotidianamente com leitores assíduos, terá uma probabilidade maior de desenvolver as disposições mentais necessárias para se tornar um bom leitor e gostar de ler. Uma criança que só tem contato com livros superficialmente, terá pouco ou nenhum interesse pela leitura, pois esse gosto não lhe foi cultivado, inculcado.

Sobre a relação entre os capitais em suas formas incorporada e objetivada, o sociólogo francês é categórico:

É preciso não esquecer, todavia, que ele só existe e subsiste como capital ativo e atuante, de forma material e simbólica, na condição de ser apropriado pelos agentes, e utilizado como arma e objeto de lutas que se travam nos campos de produção cultural (campo artístico, científico, etc.)

e, para além desses, no campo das classes sociais, onde os agentes obtêm benefícios proporcionais ao domínio que possuem desse capital objetivado, portanto, na medida de seu capital incorporado (BOURDIEU, 2007, p. 78).

As duras palavras de Bourdieu expressam com clareza que não é simplesmente um esforço individual, a força da vontade de indivíduos “estudiosos”, “esforçados”, “focados”, mas há uma teia de relações sociais em que o indivíduo está inserido desde o nascimento e concorrerão para determinar suas escolhas e êxitos futuros, seus gostos mais peculiares, interesses e “projetos de vida”. O que nos leva a terceira forma de capital cultural: o institucionalizado.

Institucionalizado, o capital cultural tem sua expressão maior nos diplomas conferidos por instituições de ensino superior. Ele institui uma fronteira “mágica” entre os que sabem e os que não sabem, diferenciando os detentores dos diplomas. Ademais, como detentor do saber, pode instituir, “fazer reconhecer”, pode “nomear” a realidade. Contudo, Bourdieu destaca que seu valor é diretamente proporcional a sua raridade, apontando para uma realidade, tão conhecida hoje pelos brasileiros, da inflação dos diplomas.

Os talentos e habilidades para o estudo são cultivados, incorporados durante todo o processo de socialização. É nessa aquisição de capital cultural que, segundo Souza (2012a), reside as diferenças “invisíveis” que perpetuam as desigualdades entre as classes alta e média, os batalhadores e a ralé. Para o autor, classe social não pode ser definida simplesmente como um padrão de consumo e renda ou o local ocupado pelos indivíduos no processo produtivo (viés economicista), mas deve se atentar para a disposição para determinados comportamentos inculcados, para a identificação emocional e afetiva com aspectos da cultura socialmente valorizados e que determinarão o êxito posterior na escola e no mundo do trabalho.

Dessa forma, a variante do capital cultural é tão importante quanto o capital econômico para a compreensão do fenômeno da permanência das desigualdades sociais numa sociedade estruturada historicamente na escravidão e, posteriormente, na exclusão maciça de amplos segmentos sociais dos benefícios promovidos pelo Estado. Assim, as elites recebem por herança um amplo capital econômico e cultural que as distingue não só dos estratos sociais mais baixos, mas entre os próprios ricos, separando os ricos de “berço”, com “estirpe”, dos novos ricos que não possuem capital cultural em sua forma incorporada. A classe média, que construiu um capital cultural e transmite aos seus filhos o valor dos estudos e da educação formal, está na luta para galgar bons postos de trabalho que, além de ganhos financeiros, possa render também algum “distintivo” de classe.

A ralé – termo utilizado aqui não em um sentido pejorativo – designa uma massa de brasileiros que estão desprovidos tanto de capital econômico como de capital cultural e, principalmente, dos dispositivos para a aquisição dos dois. Excluídos das benesses sociais e das políticas públicas veiculadas pelo Estado, são costumeiramente moradores das periferias, das “quebradas” que o senso comum costuma associar ao crime e à violência. Sem acesso à saúde e educação de qualidade, sem condições materiais e culturais para romper com o ciclo, vivem uma vida em busca da sobrevivência e sonham com os prazeres de uma vida “menos dura”. Transferindo aos seus filhos valores que estão na contramão da disciplina necessária para o estudo, sem compreender a importância da rotina para a segurança ontológica do ser, ocupando postos de trabalho precários, que não exigem formação específica e que pagam pouco. Um trabalho desqualificado, sem reconhecimento social.

O processo de modernização brasileiro constitui não apenas as novas classes sociais modernas que se apropriam diferencialmente dos capitais cultural e econômico. Ele constitui também uma classe inteira de indivíduos que não só não tem capital cultural nem econômico em qualquer medida significativa, mas desprovida, *esse é o aspecto fundamental*, das precondições sociais, morais e culturais que permitem essa apropriação (SOUZA, 2012a, p. 25, grifos do autor).

Contudo, Souza (2012 a) aponta para uma nova classe trabalhadora que existe e liga a ralé à classe alta, os batalhadores. Eles distinguem-se da ralé por terem um pouco mais de mobilidade e acesso maior a educação formal. Destarte, a principal característica é sua forte “ética do trabalho”, fruto direto das lutas cotidianas pela sobrevivência e da forte valorização do trabalho como *ethos* familiar. Nesse sentido, o batalhador é o trabalhador que melhor se adequa ao mundo do trabalho flexível do capitalismo contemporâneo, uma vez que a valorização do trabalho duro compõe um *habitus* de classe definidor de suas escolhas e condutas cotidianas.

A meio caminho entre a prisão da necessidade cotidiana, que caracteriza a “ralé” e sua condução de vida literalmente sem futuro, e o privilégio de “poder esperar e se preparar para o futuro”, que caracteriza as classes média e alta, temos a condição de vida típica dos batalhadores. Como inexistente o privilégio das classes dominantes da dedicação ao estudo como atividade principal e muitas vezes única, a apropriação do capital escolar e cultural vai ser, tendencialmente, menor que na verdadeira classe média. Como consequência, salvo exceções, o tipo de trabalho tende a ser técnico, pragmático e ligado a necessidades econômicas diretas. Inexistente o “privilégio da escolha” para os batalhadores. O trabalho e o aprendizado das virtudes do trabalho vai ser, para muitos, a verdadeira “escola da vida” (SOUZA, 2012a, p 52, grifos do autor).

Nisso reside o que Souza denominou de “má-fé institucional”. Ao tratar “bens sociais” como dons naturais, a instituição escolar “transforma” um problema coletivo e estrutural em algo individual que depende tão somente da força de vontade dos sujeitos. Dessa forma, encobre o processo de perpetuação das desigualdades sociais, uma vez que a escola “premia” os melhores estudantes que, por sua vez, terão acesso mais fácil aos trabalhos socialmente valorizados e monetariamente rentáveis. Enquanto isso, os estudantes que não tem êxito nos estudos acabam internalizando a ideia de que “estudar não é para eles” e acabam ocupando postos de trabalhos socialmente desqualificados, com baixos salários e sem garantias trabalhistas. Dessa forma, a escola acaba fazendo uma “triagem” e direcionando os jovens aos diferentes nichos do mercado de trabalho formal e informal.

Considerações finais

De fato, ao tratarmos analiticamente do que se convencionou demarcar – seja por uma condição etária e biológica ou mesmo por uma convecção social – como “juventude”, é imprescindível que seja levado em consideração fatores econômicos e de classe, uma vez que o termo não é uma categoria universal e não podemos colocar sob o mesmo signo indivíduos que vivem realidades sociais distintas e, em muitos casos, antagônicas (PAIS, 1990; MARGULLIS; URRESTI, 2008).

Nesse sentido, a sociologia de Pierre Bourdieu nos fornece instrumentais analíticos a partir do conceito de capital cultural, em suas variadas manifestações, para compreendermos como o capital cultural gloral da família acaba por incidir e mesmo definir

o êxito ou o fracasso dos estudantes em suas carreiras escolares. Desvela como os elementos que corroboram para o sucesso acadêmico, como disciplina e autocontrole, reputados como “naturais”, não passam de benesses sociais distribuídos desigualmente entre as distintas classes sociais.

Nesse contexto, sobre a escola recai o peso de resolver todas as mazelas sociais, como se fosse possível uma solução fácil, uma panaceia que livraria a sociedade de todos os males. De fato, é indiscutível a importância social da instituição escolar na manutenção da sociedade, na transmissão de valores e normas culturalmente aceitas, na difusão de conhecimentos necessários para a construção do homem moderno que conhecemos. Contudo, ao ser colocada como redentora, perde-se de vista o caráter reprodutor das desigualdades sociais promovidas pelas escolas e cursos técnicos sob o lastro meritocrático, uma vez que a educação formal transmitida por instituições públicas e particulares destoam sensivelmente. A escola pública, muitas vezes, responde a demandas que superam sua alçada, sendo espaços de resoluções de conflitos, de enfrentamentos de violências, de apoio psicológico, serve de espaços de lazer em comunidades que são carentes de espaços públicos de convivência. Propaga-se a ideia da escola como único caminho, sem questionar que valores estão sendo transmitidos, que modelo de educação está sendo posto em prática. É uma educação emancipadora, como nos inspiram os mestres, ou uma educação reducionista, ao inocular valores competitivos em consonância com os ideais neoliberais?

Uma parcela significativa da juventude brasileira sofre as pressões da desigualdade social: violência, desemprego, fome. Precisam conciliar sua formação escolar com as necessidades da sobrevivência, sua e dos seus. Diante desse quadro, um dos caminhos possíveis é que haja políticas públicas que garantam um estágio remunerado e auxiliem na manutenção desses jovens na escola. Apesar de não ser o ideal, pois deveriam ter seu direito à educação plena garantido em sua integralidade, é uma forma de auxiliar esses jovens que precisam ajudar a família e aumentar a renda, para que não precisem abdicar de seus sonhos estudantis nem ficar restritos a trabalhos mais penosos e desvalorizados. O caminho é longo, a estrutura social é excludente e a ideia de que “criança pode trabalhar” ainda é forte no seio da nossa sociedade. É preciso superar esse mito e garantir às crianças mais pobres o benefício de viverem suas infâncias e aos jovens o gozo de sua juventude, com lazer e educação.

Ademais, quando nos debruçamos sobre a relação escola e mundo do trabalho, percebemos uma adequação às demandas do mercado que precisa de “pessoal qualificado”. A enxurrada de cursos técnicos, ofertados tanto por estabelecimentos de ensino público como privado, é prova contundente dessa luta para “se qualificar”. Contudo, se olharmos atentamente, percebemos que quando se fala em qualidade de ensino o foco não é o acesso dos filhos da classe trabalhadora ao saber sistematizado produzido pela humanidade. Não é uma educação humanista, voltada para a formação cidadã e mesmo a promoção de sujeitos saudáveis e mais felizes. Qualidade pressupõe o aprendizado de um saber técnico que o habilite ao mundo do trabalho. Cidadão é aquele que se insere, sem muitas dificuldades, no processo produtivo e na execução de serviços.

Cumpra então que, enquanto o modo de produção capitalista não é superado e as relações sociais, assentes na desigualdade e no acúmulo de lucros, não forem substituídas por relações mais igualitárias e justas, busquemos alternativas para proteger as crianças e jovens da exploração do trabalho e do roubo de sua força e jovialidade. Como assevera Mezáros (2008), as soluções devem ser essenciais e superar a mera formalidade. O primeiro passo é fazer cumprir a legislação referente à proteção da infância e da juventude e trabalhar para que haja uma modificação paulatina da cultura em que o homem em sua multidimensionalidade, com dores, afetos e sonhos, passe a figurar como prioridade e não o

dinheiro e os bens materiais que garantem o conforto de poucos em detrimento da vida da imensa maioria da população mundial.

Referências bibliográficas

ABRAMO, Helena Wendel. Condição juvenil no Brasil contemporâneo. In: _____. BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo/Instituto Cidadania, 2005. p. 37-72.

AMIM, Andréa Rodrigues. Doutrina da proteção integral. In: MACIEL, Kátia Regina F. L. A. (coord.). **Curso de direito da criança e do adolescente**. Aspectos teóricos e práticos. 6ª Ed. São Paulo: Saraiva, 2013. p. 52-53.

ANDRADE, Sandra dos Santos. O que fazer no ano que vem? Articulações entre juventude, tempo e escola. **Educação em Revista**, Belo Horizonte, n. 33, 2017.

ARIÈS, Philippe. **História social da criança e da família**. 2ª Ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015.

BERTOLDO, Edna. **Trabalho e educação no Brasil: da centralidade do trabalho à centralidade da política**. 2ª Ed. São Paulo: Instituto Lukács, 2015.

BOURDIEU, Pierre. **Escritos de educação**. 9ª Ed. Petropolis, RJ: Vozes, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **O poder simbólico**. 12ª Ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2009.

DAYRELL, Juarez. A escola “faz” as juventudes: reflexões em torno da socialização juvenil. **Educ. Soc.**, v. 28, nº 100 – Especial, p. 1105 – 1128, out. 2007.

DAYRELL, Juarez; CARRANO, Paulo; MAIA, Carla Linhares. (Orgs.). **Juventude e ensino médio**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2014.

DIÓGENES, Glória (Org.). **Eles dizem não ao não: um estudo sobre a geração N**. Fortaleza: Instituto Dragão do Mar, 2019.

GROPPO, Luís Antonio. Condição juvenil e modelos contemporâneos de análise sociológica das juventudes. **Última Década**, Valparaíso, n. 33, p. 11-26, dic. 2010.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. 2.ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO. **Pela Justiça na Educação**. Brasília: MEC: Fundescola, 2000. Disponível em: <www.dominiopublico.gov.br/download/texto/me000571.pdf>. Acesso em: 07 ago. 2018.

PAIS, José Machado. A construção sociológica da juventude - alguns contributos. **Análise social**, v. 25, p. 139-165, 1990.

PRIORE, Mary Del (org.). **História das crianças no Brasil**. 7ª Ed. São Paulo: Contexto, 2010.

RIFIOTIS, Theophilos. Direitos humanos: Sujeito de direitos e direitos do sujeito. In: SILVEIRA, Rosa M. G. *et al.* (Orgs.). **Educação em direitos humanos: fundamentos teórico-metodológicos**. João Pessoa: Editora Universitária, 2007.

SOUZA, Jessé. **Os batalhadores brasileiros: nova classe média ou nova classe trabalhadora?** 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012a.

_____. **A construção social da subcidadania:** para uma sociologia política da modernidade periférica. 2ª Ed. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2012b.

_____. **Ralé brasileira:** quem é e como vive. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2011.